

EDUCAÇÃO FISCAL:
ESTADO E CIDADÃO - A APROXIMAÇÃO
POSSÍVEL

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO FISCAL

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FISCAL

[...]

[...]

1.2. CENÁRIO NACIONAL

O desafio que o País enfrenta no momento é o de articular um novo modelo de desenvolvimento que possa trazer para o conjunto da sociedade brasileira a perspectiva de um futuro melhor. É preciso dar um salto adiante no sentido de uma administração pública menos burocrática e mais gerencial, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e que seja descentralizada, mais próxima do cidadão, que, na sociedade, é quem dá legitimidade às instituições, dentre as quais, a educação.

O direito à educação desempenha historicamente a função de ponte entre os direitos políticos e os direitos sociais: o alcance de um nível mínimo de escolarização torna-se um direito-dever intimamente ligado ao exercício da cidadania política. Educação é um direito social de cidadania genuíno, porque o objetivo da educação durante a infância é imprimir os fundamentos dos conhecimentos historicamente construídos. O processo de extensão da cidadania vincula-se assim, à dinâmica democrática. O Estado deve garantir que todas as crianças sejam escolarizadas. Ensinar tudo a todos significou um salto quantitativo e um decréscimo qualitativo na educação, assim, considerando as exigências e a natureza da cidadania, para o desenvolvimento intelectual de cidadãos em formação, faz-se necessário uma reformulação do ato de educar: afastar a escola dos conceitos fragmentados e alienados para introduzir os fundamentos da educação.

Nesse contexto, surge a discussão do tema **Educação Fiscal**, visando o esclarecimento e conseqüentemente, a conscientização da sociedade quanto à função do Estado de arrecadar impostos e aos vários deveres do cidadão contribuinte, dentre os quais pagar tributo. Entretanto, a Educação Fiscal não é apenas isso; é, principalmente,

um desafio, pois se trata de um processo de inserção de valores na sociedade, como o de percepção do tributo que assegura o desenvolvimento econômico e político-social, e com o devido conhecimento de seu conceito ampliado, sua função e sua aplicação, objetivando a formação instrumentalizadora e qualitativa do homem. Tendo a escola, como principal função, o ensino e a aprendizagem no preparo dos membros da sociedade para a inserção na vida social, cabe a ela também propiciar aos indivíduos condições de acesso à totalidade do conhecimento para que, como cidadãos conscientes e ativos, tornem-se protagonistas da história. A Educação Fiscal deve ser aplicada nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares como tema transversal ou pela perspectiva de totalidade, conforme o estabelecido no projeto político pedagógico de cada Unidade da Federação e das comunidades escolares. O Programa de Educação Fiscal deve ser desenvolvido de forma integrada aos conteúdos programáticos dos componentes curriculares. Para tanto, é fundamental o engajamento do Ministério da Educação para assumir a competência de formular e assegurar o cumprimento das prerrogativas do Programa Nacional de Educação Fiscal.

1.3. O ESTADO

A origem do Estado pode ser explicada como resultado de um processo histórico expresso pelos grupos ou classes com maior poder, que institucionalizaram esse poder, estabeleceram a ordem na sociedade e garantiram para si o excedente econômico, em que pese a luta antagônica travada pelas classes populares. Nessa ótica, a cidadania surge historicamente à medida que os indivíduos vão se investindo de direitos e obrigações.

O Programa de Educação Fiscal deve ser desenvolvido de forma integrada aos conteúdos programáticos dos componentes curriculares.

Através dos compromissos do Estado deve resultar um contrato social entre os cidadãos, pressupondo um cidadão já detentor de direitos naturais ou valores morais básicos que ele cede parcialmente ao Estado para garantir a ordem social. Nos dois casos, Estado e cidadania são termos intrinsecamente interdependentes. Assim, Estado e cidadania são condições básicas para a sociedade aspirar ao estabelecimento da ordem, à liberdade para seus membros e manifestar sua busca de justiça.

À medida que surgem necessidades de desenvolvimento e sustentação econômica, as sociedades tornam-se mais complexas, a educação se generaliza, podendo ocorrer movimentos para equalização das contradições sociais e aprimoramento da organização política da sociedade. Com isso, há uma crescente busca para a implantação de alternativas que se aproximem da democracia. A cidadania se expande e se afirma na sociedade na medida em que os indivíduos adquirem direitos e ampliam sua participação

na criação do próprio Estado. Neste início de século, está surgindo o direito de o cidadão considerar que o patrimônio público é efetivamente de todos e para todos. Esse direito deverá merecer cada vez mais a atenção de políticos, juristas e da sociedade como um todo.

Os direitos que constituem a cidadania são sempre conquistas, resultado de um processo histórico no qual indivíduos, grupos e nações lutam para adquiri-los e fazê-los valer. A cidadania, no entanto, é também uma prática; por isso, sociólogos, antropólogos e educadores salientam a importância crescente dos movimentos sociais para a construção da cidadania através da afirmação dos direitos sociais.

O Título I da Constituição Federal do Brasil cita como princípios fundamentais da República Federativa: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Estado e sociedade devem formar uma democracia, um todo indivisível. O Estado, com competência e limites de atuação definidos na Constituição, tem seu poder de legislar e de tributar legitimados pelo processo eleitoral. A sociedade manifesta seus anseios e demandas por canais formais ou informais de contato com as autoridades constituídas. É pelo diálogo democrático entre o Estado e a sociedade que se definem as prioridades às quais o governo deve ater-se para a construção de um país mais próspero e justo.

[...]